

11 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Para juízes, cota para negro não terá efeito

Magistrados contrários à norma recém-aprovada pelo CNJ lembram que é comum sobrar vagas nos concursos

**Ao criar a reserva de 20% das vagas para negros na magistratura, ministro falou em pacificação do país**

FREDERICO VASCONCELOS  
DE SÃO PAULO

A reserva de vagas destinadas aos negros nos concursos para a magistratura, aprovada e anunciada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) como um avanço histórico, pode ter efeitos limitados ou enfrentar obstáculos legais.

Para magistrados ouvidos pela Folha, como somente os aprovados em concurso podem assumir as vagas, a cota de 20% para negros pode não ter efeito prático.

Segundo o juiz Marco Augusto Ghisi Machado, da comarca de Palhoça (SC), “sempre sobram vagas nos concursos para a magistratura, e a reserva de algumas delas não vai ter efeito prático, é meramente cosmética”. “O negro não é inferior intelectualmente”, diz Machado, casado com uma médica baiana, que tem ascendência parda na família.

Segundo o juiz, “as cotas deveriam favorecer as pessoas que não têm condições para ascender na escala social”. Machado concorda com o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), para quem as cotas deveriam priorizar os aspectos socioeconômicos, e não apenas a questão étnica.

“Para cargos burocráticos, pode-se usar cotas. Eu não

aceito para juiz, tem que colocar os mais capazes”, diz a ministra aposentada do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ex-corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon.

“Existe muito proselitismo no sentido de igualar. Eu acho um horror”, afirma.

Presidente da comissão do último concurso de ingresso do Tribunal de Justiça de São Paulo, o desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco diz que “os candidatos serão submetidos a provas e somente os aprovados serão nomeados, independentemente da origem”.

No último concurso do TJ-SP, o maior do país, foram abertas 215 vagas e apenas 112 candidatos passaram para a segunda fase, de exame oral. “O conhecimento continuará sendo o fator de importância no preenchimento dos cargos”, diz Pinheiro Franco.

O presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), Jayme Martins de Oliveira Neto, acha que o CNJ deveria ter ouvido a sociedade. “Entendo que a decisão não poderia ter sido tomada por resolução, mas por lei. Acho que os candidatos podem questionar essa regra, abrindo margem para ser derubada”, diz.

Ele ressalta que a Apamagis, entidade com forte presença de juízes do primeiro grau, ainda não tem uma posição oficial sobre o tema.

## ERRO HISTÓRICO

Na sessão que aprovou a cota para negros, o presidente do CNJ, ministro Ricardo

Lewandowski, afirmou que o órgão estava “contribuindo para a pacificação e a integração” do país, e que, de certa forma, o órgão reparava um erro histórico em relação aos afrodescendentes.

No último dia 3, a presidência do Tribunal de Justiça da Bahia, antecipando-se ao CNJ, enviou à comissão de reforma do regimento interno do colegiado a proposta de reservar aos afrodescendentes 20% das vagas nos futuros concursos públicos para cargos de servidores e magistrados.

“Entendemos que há uma necessidade de se resgatar uma dívida social que é imensa”, diz o presidente do TJ da Bahia, desembargador Eserval Rocha.

Rocha lembra que a Bahia é o Estado com maior número de pessoas que se autodeclararam negros no país, e Salvador, a cidade com maior número de habitantes negros fora da África.

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, Germano Siqueira, a preocupação do CNJ com o resgate social merece elogios, mas “deve se ter em conta que, geralmente, as vagas abertas em concursos de ingresso à magistratura não são preenchidas mesmo sem cotas”.

“Simplesmente rebaixar notas de corte, como se chegou a sugerir, poderia comprometer a própria qualidade da prestação jurisdicional”, diz. “A expectativa é que, com o tempo, descubram-se outras medidas mais eficazes”, diz Siqueira.



**“** Entendo que a decisão [de instituir cotas para negros nos concursos para juiz] não poderia ter sido tomada por resolução [do CNJ], mas por lei. Acho que os candidatos podem questionar essa regra, abrindo margem para ser derrubada

JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO  
presidente da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados)



**“** Para cargos burocráticos, pode-se usar cotas. Eu não aceito para juiz, tem que colocar os mais capazes

Existe muito proselitismo no sentido de igualar. Eu acho um horror

ELIANA CALMON  
ministra aposentada do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ex-corregedora nacional de Justiça



**“** É a primeira vez que um dos poderes da República reservará uma cota para cidadãos oriundos de mais de 50% da população que não têm acesso aos cargos de poder nesse país. Esse é um passo histórico muito relevante

RICARDO LEWANDOWSKI  
presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), na terça (9)

11 JUN 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# PF prende fiscais acusados de receber propina no Paraná

Um dos alvos da operação, primo do governador Beto Richa (PSDB) não foi localizado pela polícia

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

LUCAS REIS  
DE SÃO PAULO

Nova fase da Operação Publicano, que investiga esquema de corrupção e sonegação fiscal na Receita Estadual do Paraná, prendeu ao menos 47 pessoas nesta quarta-feira (10). A Justiça expediu 68 mandados de prisão, sendo 50 contra auditores fiscais.

Entre os atingidos, estão homens do alto escalão da receita e pessoas próximas ao governador Beto Richa (PSDB). O empresário Luiz Abi Antoun, que se apresenta como primo do tucano, é considerado um dos chefes da organização criminosa e, até a conclusão desta edição, ainda não havia sido preso.

Também foram presos o auditor Márcio de Albuquerque Lima, ex-chefe de fiscalização do fisco e companheiro de corridas de Richa, e José Aparecido Valêncio da Silva, ex-coordenador da Receita Estadual, que deixou o cargo no mês passado.

A mulher de Abi, que Richa diz ser um “primo distante”, informou aos policiais que ele viajou no dia anterior, mas não disse para onde.

Abi, que já foi preso no início do ano, acusado de fraude à licitação, teve a nova prisão decretada devido à influência que tinha na indicação de diretores da Receita Estadual — que conduziam um esquema de corrupção, segundo as investigações. Lima, por exemplo, teria sido indicado ao posto por ele.

Segundo o promotor Jorge

Barreto, são investigados os crimes de corrupção e sonegação fiscal, concentrados na delegacia regional de Londrina (norte do Paraná). “É a mesma organização criminosa, mas identificamos novos crimes e novos integrantes”.

Quinze auditores fiscais de Londrina já foram denunciados, em abril, sob acusação de comandar o esquema, que reduz ou anula dívidas milionárias de empresas em troca do pagamento de propina. Há indícios de que o esquema exista em outras regionais.

Agora, novos fatos foram descobertos com o depoimento de vítimas e de delatores.

Um dos delatores, Luiz Antonio de Souza, afirmou que parte da propina da receita abasteceu a campanha à reeleição de Richa, em 2014. O governador nega.

Souza, também acusado de exploração sexual de menores, já aceitou devolver R\$ 20 milhões do dinheiro que desviou aos cofres públicos.

Além das prisões, o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime, vinculado ao Ministério Público) cumpriu 65 mandados de busca e apreensão em escritórios de funcionários da receita, além da condução coercitiva de 49 pessoas, a maioria empresários. A Justiça determinou a quebra de sigilo bancário de 59 investigados.

## Ex-coordenador do órgão diz não saber de esquema

Gilson Bonato, advogado de José Aparecido Valêncio da Silva, ex-coordenador da Receita Estadual e preso nesta quarta-feira (10), afirmou que seu cliente não possui relação nem tinha conhecimento do esquema de propina.

Procurado, o advogado de Luiz Abi Antoun, primo do governador Beto Richa, e apontado como um dos principais nomes do esquema, não retornou às ligações.

Também não foi localizado o advogado de Márcio de Albuquerque Lima, ex-chefe de fiscalização da receita.

O Governo do Paraná divulgou nota em que declara apoio as investigações do Gaeco e “defende a punição de todos os envolvidos”.

“Segundo denúncias já divulgadas, os desvios de conduta e a cobrança de propina por parte de maus fiscais caracterizam comportamento endêmico”, diz a nota.

11 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

9x0

# POR UNANIMIDADE, SUPREMO LIBERA BIOGRÁFIAS NÃO AUTORIZADAS

Ministros consideram inconstitucional e uma forma de censura a exigência de autorização prévia que era permitida por dois artigos do Código Civil

MÁRCIO FALCÃO  
DE BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) colocou ponto final em uma das maiores polêmicas da área cultural da história recente ao liberar, em votação unânime, a publicação de biografias não autorizadas no Brasil.

Os nove ministros presentes no plenário nesta quarta-feira (10) consideraram inconstitucional a exigência de aprovação prévia do biografado ou de seus familiares para a publicação da obra.

O STF entendeu que não se aplicam a esse tipo de obra dois artigos do Código Civil que autorizavam a proibição. A exigências, decidiram os ministros, representa censura —o que é incompatível com a liberdade de expressão garantida pela Constituição.

Segundo a corte, se alguém se sentiu ofendido, há mecanismos reparadores garantidos para recursos ao Judiciário: indenizações, pedidos de resposta e retratações estão todas previstas em lei.

Proibições de biografias são notícia no Brasil há anos.

Recentemente, o debate ficou associado à figura do cantor Roberto Carlos, que obteve a interdição de uma obra do gênero sobre ele em 2007 e depois virou uma espécie de porta-voz da causa

—que perdeu apoio explícito na classe artística com o avanço da discussão no STF.

Ela começou em 2012, a partir de um questionamento à corte da Anel (Associação Nacional de Editores de Livros).

Votaram pela liberação os ministros Carmen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Marco Aurélio Melo, Celso de Melo e Ricardo Lewandowski. Teori Zavascki não estava presente.

## CALA A BOCA JÁ MORREU

Relatora do caso, Carmen Lúcia considerou que o direito a ampla liberdade de expressão não pode ser suprimido pelo direito das pessoas públicas à privacidade.

“Censura é forma de cala-boca. Pior, de calar a Constituição. O que não me parece constitucionalmente admissível é o esvaziamento da liberdade de todos em detrimento da liberdade de um. Cala a boca já morreu, é a Constituição do Brasil que garante”, disse a ministra, que apresentou um voto com frases e ditados populares.

“Há risco de abusos, não somente no dizer e no escrever. Mas a vida é uma experiência de riscos. A vida pede de cada um de nós coragem”, considerou, encerrando com a clássica citação do escritor Guimarães Rosa (1908-1967), mineiro como ela.

“O que não admite a Constituição do Brasil é que sob o argumento de ter direito a ter trancada a sua porta, abolir-se a liberdade do outro de se expressar.”

CONTINUA

1 1 JUN 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Apesar da concordância sobre a constitucionalidade das biografias, houve um debate intenso sobre a questão das reparações em caso de distorções e calúnias publicadas em obras.

Cármem Lúcia havia incluído em seu voto o estabelecimento de indenização como penalidade para esses casos. Gilmar Mendes afirmou que o trecho poderia sugerir que outras formas de reparação não poderiam ser buscadas na Justiça.

A ministra alterou o voto explicitando que há outros mecanismos, como o direito de resposta. Mas a apreensão de livros não obteve consenso —foi considerada por Luís Roberto Barroso, por exemplo, como algo para “situações extremas”.

Ao longo de mais de cinco horas de sessão, contudo, o tom foi de crítica à necessidade de autorização prévia.

O julgamento foi acompanhado pelo jornalista e biógrafo Paulo Cesar de Araújo, autor do livro “Roberto Carlos em Detalhes” —a obra vetada pelo cantor.

Ele comemorou e disse que pensa em escrever uma versão atualizada da biografia —que foi retirada de circulação após acordo entre cantor, autor e editora.

Araújo diz não ter tratado do tema com nenhuma editora e que vai primeiro falar com seu advogado. Especialistas dizem que a decisão do Supremo não é retroativa e, portanto, ao menos em tese, aquele livro não poderia voltar a ser publicado.

O biógrafo pensa diferente. “É o mesmo que, no dia seguinte à Lei Áurea, o senhor de escravos dizer que tem uma carta da Justiça que lhe dá direito a possuir aqueles escravos”, comparou.

### INTIMIDADE

Advogado do Instituto Amigo, ligado a Roberto Carlos, Antonio Carlos de Almeida Castro, também falou no julgamento e disse que a entidade não defende a necessidade de consentimento prévio para publicação, mas que o biografado possa recorrer caso se sinta lesado.

Para o advogado, o direito à privacidade à intimidade são tão importantes quanto o direito à liberdade de expressão. “Falaram em censura. A única censura é a de impedir o cidadão que tem sua intimidade afetada de questionar”, disse Kakay, como é conhecido o advogado.

CONTINUA

11 JUN 2015

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## Projetos devem sair da gaveta nos próximos meses

RAQUEL COZER  
COLUNISTA DA FOLHA

A retirada de "Roberto Carlos em Detalhes" das livrarias, em 2007, após acordo judicial entre o cantor, o biógrafo Paulo César de Araújo e a Planeta, foi o prenúncio de uma temporada de cautela entre editoras.

Embora a interpretação dos artigos 20 e 21 do Código Civil fosse dúbia —o texto não cita biografias ao falar da necessidade de autorização—, o fato de juízes aco-

lherem o argumento para vetar livros criou "uma jurisprudência que se cristalizou como norma", na avaliação do editor Roberto Feith.

Na dúvida, editoras preferiam consultar biografados e familiares, e muitos projetos eram engavetados sem nem chegarem à Justiça. Foi o caso de "Paulo Leminski, o Bandido que Sabia Latim", de Toninho Vaz, que teve a quarta edição rejeitada pelas herdeiras do poeta.

Criador da Anel (Associação Nacional de Editores de

Livros), entidade que levou o caso ao Supremo Tribunal Federal, Feith diz acreditar que agora biografias não autorizadas devem proliferar.

"Com certeza autores que relutavam em se dedicar a um livro que pudesse ser vetado agora aparecerão", diz. O argumento vale para Humberto Werneck, que fechou contrato com a Cosac Naify para biografar Manuel Bandeira, mas parou a pesquisa à espera de resolução legal.

Vale também para editoras como a Companhia das

Letras, que no momento avalia a biografia de Mário de Andrade assinada por Jason Tércio, feita sem anuência do sobrinho do escritor.

Entre as próximas a sair, devem estar duas editadas por casas que já o faziam em tempos de vacas magras.

A Record anunciou uma biografia sobre o ex-deputado Roberto Jefferson, e a Geração Editorial colocará nas livrarias, no segundo semestre, "Geraldo Vandré - O Homem que Disse Não", de Jorge Fernando Bastos.



Os ministros Marco Aurélio e Cármem Lúcia (relatora) no julgamento que decidiu pelo fim da censura prévia a biografias

CONTINUA

## CONTINUAÇÃO

### PERGUNTAS E RESPOSTAS

**1** O que acontece agora que o Supremo Tribunal Federal liberou as biografias da necessidade de autorização prévia? A ata do julgamento deve ser aprovada nesta quinta (11) pelo STF, e o resumo da decisão deve ser publicado na sexta (12) ou na segunda-feira (15) no Diário de Justiça da União. Automaticamente, a publicação de biografias escritas e audiovisuais não autorizadas estará liberada em todo o território nacional.

**2** Qualquer biografia que tenha sido proibida ou que tenha tido trechos vetados poderá voltar a ser editada na íntegra? Não. A decisão não alcançará casos já definitivamente julgados. Já casos em julgamento podem ser beneficiados pela decisão do STF.

**3** A biografia "Roberto Carlos em Detalhes", de Paulo César de Araújo, pode voltar a ser editada? Segundo advogados, não, a não ser que Roberto Carlos libere a publicação, porque foi firmado acordo judicial. O biógrafo pode escrever outro livro sobre o cantor — Araújo, no entanto, diz que quer publicar versão do mesmo livro.

**4** O que acontecerá com biografias que contenham informações falsas? Casos de calúnia, injúria ou difamação podem levar o biógrafo a ser responsabilizado civil e penalmente. Em casos extremos, o livro pode vir a ser retirado de circulação.

**5** Agora nenhuma biografia precisará de autorização? Não será mais possível ao biografado ou a seus herdeiros vetar previamente a publicação de uma obra, mas estes podem ajudar ou não com documentos e entrevistas conforme concordem ou discordem da obra.

## REPERCUSSÃO

**Ruy Castro**, jornalista e escritor, autor de biografias, colunista da Folha: "A decisão vai libertar biografias que estejam na gaveta ou na cabeça dos autores. Tem muita biografia apurada, e o autor já sabia que ia ser processado e via que nem adiantava escrever ou submeter às editoras."

**Fernando Morais**, jornalista e escritor, autor de biografias: "É a vitória da luz contra as trevas, da civilização contra a barbárie. O mais surpreendente é que, na segunda década do século 21, a gente ainda tenha que levar pro Supremo esse tipo de coisa."

**Mário Magalhães**, jornalista e escritor, autor da biografia de Carlos Marighella: "A decisão constitui uma derrota da censura e um triunfo da democracia. É um pequeno passo para os biógrafos e um grande salto para a sociedade brasileira. Os votos eloquentes no STF são o 7 a 1 da censura e do obscurantismo."

**Dody Sirena**, empresário do cantor Roberto Carlos: "Estamos muito felizes. Em nenhum momento o Roberto Carlos foi contra as biografias. O argumento dele sempre foi pela defesa da intimidade."

**Sérgio Machado**, presidente da editora Record: "Foi um passo à frente, mas não pode ser interpretado como um liberou geral. Isso traz mais tranquilidade ao segmento, mas continuamos com as obrigações de ficarmos atentos na hora de publicar para saber se não estamos ofendendo ou invadindo os direitos de terceiros."

## CONTINUA

## O QUE PODE VIR POR AÍ

Livros que tiveram entraves de autorização



### MÁRIO DE ANDRADE

O sobrinho do autor não quis dar entrevista a Jason Tércio, cujo livro está em análise pela Companhia das Letras



### RAUL SEIXAS

Para o autor, Edmundo Leite, a legislação e uma ameaça de processo por uma das ex-mulheres afastaram editoras



### GERALDO VANDRÉ

'Vandrê, o Homem que Disse Não', de Jorge Fernando dos Santos, não contou com entrevista do cantor



### MANUEL BANDEIRA

Humberto Werneck fez contrato com a Cosac Naify para escrever sobre o poeta, mas esperava alguma resolução legal

## AS PROBLEMÁTICAS

Biografias proibidas ou que foram ameaçadas



### ROBERTO CARLOS

O livro de Paulo César de Araújo saiu de circulação em 2007 após acordo judicial entre as duas partes



### PAULO LEMINSKI

A biografia 'O Bandido que Sabia Latim', de Toninho Vaz, está sem editora desde que a família foi contra a reedição



### ANDERSON SILVA

A biografia teve trecho vetado após ação judicial de um personagem citado. O caso ainda está na Justiça



### LAMPIÃO

Em 2014, após três anos proibida, obra que defende tese da homossexualidade do cangaceiro foi liberada

1 1 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Cunha e PSDB fazem acordo para reduzir maioria penal

Presidente da Câmara encampa projeto tucano que reduz idade penal para 16 anos apenas para crimes mais graves

**Plano foi articulado após negociação de PT e tucanos por proposta mais branda, que eleva tempo de internação**

RANIER BRAGON  
MARIANA HAUBERT  
DE BRASÍLIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), fez um acordo com o PSDB para derrotar o Palácio do Planalto e aprovar a redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

Até então, havia tratativas entre PT e PSDB, rivais políticos, que ensaiavam se unir para derrotar a mudança. A tendência era aprovar o endurecimento das atuais regras de punição para adolescentes que cometem crimes graves.

Cunha partiu para uma contraofensiva. Ele disse aos tucanos que abandonará sua ideia inicial — diminuição da maioria penal para qualquer tipo de crime — e passará a defender uma proposta que tem como ponto de partida o projeto do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP).

O texto do tucano reduz a maioria apenas para os crimes hediondos, mediante aval do Ministério Público. No acordo, Cunha e a bancada de deputados do PSDB que-

rem emplacar uma versão ampliada dessa proposta.

Pelo novo texto negociado, ficariam sujeitos às penas do Código Penal os jovens a partir de 16 anos que cometam crimes hediondos (como latrocínio e estupro) e alguns outros delitos violentos.

Um grupo de deputados quer que esses crimes (como lesão corporal grave) estejam expressos na Constituição. Outro defende que a lista seja definida em lei posterior.

O líder da bancada do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio (SP), disse que o único ponto pendente que os tucanos querem manter é o poder de o Ministério Público avaliar a redução da maioria. Para Cunha e aliados, isso é desnecessário, porque os promotores já seriam responsáveis por denunciar menores.

Ele também deve abandonar a proposta de que a decisão do Congresso sobre o tema só entre em vigor após referendo em 2016.

Com isso, o que o Congresso aprovar passaria a valer imediatamente. Por ser emenda à Constituição, não cabe veto ou sanção da presidente Dilma Rousseff (PT).

A comissão especial que discute o tema começou nesta quarta a votar, em meio a protesto e muita confusão, a proposta de redução da maioria para 16 anos, indepen-

dentemente do crime.

A sessão tumultuada chegou a ser suspensa após a Polícia Legislativa usar gás de pimenta contra estudantes.

A ideia de Cunha é aprovar nessa comissão, na semana que vem, o acordo fechado com os tucanos. O texto final irá a plenário da Câmara no dia 30. É preciso, para ser aprovado, do apoio de 60% dos deputados (308 de 513) em dois turnos de votação.

ALCKMIN

O governo Dilma Rousseff, que assim como o PT é contra qualquer tipo de redução da maioria, vinha tentando fechar um acordo com o PSDB com o objetivo de barrar a movimentação de Cunha.

A ideia é apoiar um “meio-termo”, a bandeira defendida pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) de elevar de três para oito anos o tempo máximo de internação de adolescentes infratores. Havia ainda no pacote o apoio à proposta do senador Aécio Neves (PSDB-MG) de elevar a pena para adultos que usem menores na prática de crimes.

Cunha avalia que os dois projetos, que não necessitam de alteração na Constituição, podem ser votados após a redução da maioria.

Colaboraram JULIA BORBA e GABRIEL MASCARENHAS, de Brasília

CONTINUA

11 JUN 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### MAIORIDADE PENAL EM DISCUSSÃO

Entenda a proposta em análise na Câmara

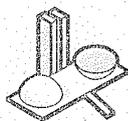
#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 171/1993

Deputado Benedito Domingos (PP-DF)

**Descrição** Altera a Constituição para reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos em todos os tipos de crime

**Situação** Aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), é analisada por um grupo especial

#### O caminho da proposta



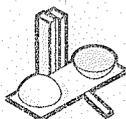
##### CÂMARA

Relatório apresentado pela comissão especial nesta quarta (10) deve ser aprovado pelo grupo antes de seguir para o plenário da Casa



##### 60% DOS VOTOS

No plenário, esse texto precisa passar por duas votações, com pelo menos 60% dos 513 deputados a favor para ser aprovado



##### SENADO

Caso passe na Câmara, a PEC seguirá para o Senado, onde também será analisada pela CCJ e depois votada no plenário em duas sessões



##### MUDOU, VOLTOU

Se o texto sofrer alteração no Senado, terá de passar por nova votação na Câmara. Se não, pode ser promulgado pelas duas Casas

### > SIM À REDUÇÃO

‘Estatuto não é mais eficaz para frear violência’

DE SÃO PAULO

Para o promotor de Justiça da Infância e Juventude de São Paulo Fábio José Bueno, a redução da maioria penal reduziria o “sentimento de impunidade” entre jovens.

★

Folha - Por que reduzir a maioria penal?

Fábio José Bueno - Há um sentimento de impunidade entre os jovens que delinquem, e a experiência mostra que o processo socioeducativo do Estatuto da Criança e do Adolescente já não é mais eficaz para frear a violência juvenil.

A medida deve valer para todos os crimes?

A proposta da redução só para crimes hediondos é uma aberração. É impossível defender que um jovem tenha entendimento para cometer um tipo de crime e não tenha para outro.

CONTINUA

CONTINUA

11 JUN 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### OUTRAS PROPOSTAS

**Proposta de Emenda à Constituição 33/2012**  
Senador Aloysio Nunes (PSDB-SP)

**Descrição** Prevê que menores a partir de 16 anos sejam considerados maiores nos casos de crime hediondo

**Situação** Foi aprovada para deliberação no plenário, após o senador recorrer da não aprovação pela CCJ

**Projeto de Lei 5454/2013**  
Deputada Andreia Zito (PSDB-RJ)\*

**Descrição** Aumenta a pena máxima de reclusão de jovens de 3 para até 8 anos nos crimes hediondos

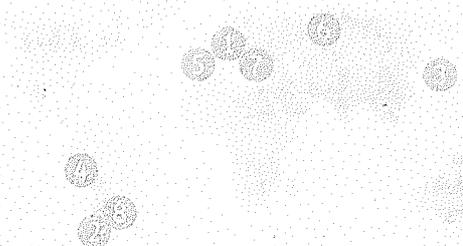
**Situação** Juntado a outro projeto de lei, que aguarda a abertura de audiência para análise da proposta

**Projeto de Lei do Senado 219/2013**  
Senador Aécio Neves (PSDB-MG)

**Descrição** Aumenta em até 3 vezes as penas para adultos que usem menores em crimes

**Situação** Encontra-se parado na CCJ, aguardando a designação de um relator

### MAIORIDADE PENAL PELO MUNDO\*\*



 Alemanha	18 anos	 Portugal	16 anos
 Chile	18 anos	 Rússia	16 anos
 Japão	21 anos	 Turquia	15 anos
 Peru	18 anos	 Uruguai	18 anos

\*O texto foi entregue pelo governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB-SP) ao presidente da Câmara. Como Alckmin não tem prerrogativa para apresentar projeto para análise no Congresso, a deputada Andreia Zito (PSDB-RJ) assumiu a autoria formal da proposta

\*\* Em alguns países, a maioridade penal varia de acordo com o Estado, a província ou o delito  
Fontes: Câmara dos Deputados e Child Rights International Network

## CONTINUAÇÃO

### > NÃO À REDUÇÃO

‘Propostas são baseadas em falsa premissa’

DE SÃO PAULO

A diretora da ONG Human Rights Watch no Brasil, Ana Laura Canineu, afirma que as propostas de redução da maioria penal estão baseadas em justificativas infundadas.



**Folha - Por que você é contra a redução?**

Ana Laura Canineu - A justificativa para essa proposta está baseada em falsas premissas. Ela é vendida como necessária para a redução da criminalidade, mas têm estudos e evidências de que, nos EUA, por exemplo, isso não ocorreu.

**E quanto à proposta de redução apenas no caso de crimes hediondos?**

Também sou contra, ela é baseada nas mesmas falsas premissas. Enquanto o Brasil não souber a real dimensão da delinquência e não resolver os fatores de base, nenhuma proposta será suficiente.

11 JUN 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL DO LEITOR

### Maioridade penal

Assim como o governador Geraldo Alckmin, a sociedade espera que se aumente o tempo de internação de menores infratores ("Relator propõe maioridade penal aos 16 anos para todo tipo de crime", "Cotidiano", 10/6). O jovem infrator precisa de um acompanhamento mais estreito do Estado, para que se corrijam condutas e se evite que sejam criados mais problemas para a sociedade. Já a proposta de Aécio Neves, de triplicar a pena de pessoas que utilizem menores em crimes, soa proselitismo político.

IVANDRO VIEIRA CRISPIM (Canoas, RS)

Sou contra a diminuição da maioridade penal, pois se as nossas prisões não recuperam maiores, como irão recuperar os menores de 18 anos? A tendência é saírem piores do que entraram.

SERGIO ZURITA (Santa Bárbara d'Oeste, SP)

Façamos uma analogia da maioridade penal com a medicina. Você tem uma doença mortal e surge um novo remédio que vai salvar a sua vida, mas vai ter efeitos colaterais terríveis. Você usaria o novo remédio ou morreria? Provavelmente você o usaria e tentaria combater os efeitos colaterais posteriormente. Vamos baixar a idade para 16 anos, salvar a vida de milhares de inocentes e depois solucionar os problemas com os menores de 18 anos.

PERCYS OSCAR BATISTA (São Paulo, SP)

1 1 JUN 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça do Rio condena ex-PM a 18 anos de prisão por morte de menino

DO RIO - A Justiça do Rio condenou na terça (9) o ex-cabo da Polícia Militar William de Paula a 18 anos de prisão pela morte do menino João Roberto Amorim Soares, 3. Ele saiu preso do tribunal.

O garoto foi morto a tiros em julho de 2008 quando o carro de sua mãe, a Alessandra Amorim Soares, foi confundido com o de criminosos e baleado 17 vezes.

O juiz decretou a prisão preventiva do ex-cabo e fez refe-

rência à sua má conduta social e à suspeita de envolvimento com milicianos. A defesa ainda pode recorrer da decisão.

Em 2008, o ex-PM havia sido condenado por lesão corporal contra a mãe e o irmão do menino, de 9 meses. A pena, de sete meses em regime aberto, foi convertida a prestação de serviços comunitários. Porém, naquele julgamento, foi absolvido da acusação de homicídio doloso contra João Roberto.

1 1 JUN 2015

GAZETA DO POVO

# Gaeco prende 49 e acusa parente de Beto Richa de chefiar corrupção

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público do Paraná (MP), deflagrou operação para prender 68 pessoas envolvidas no escândalo de corrupção na Receita Estadual. Segundo as investigações, o grupo deve ter movimentado, somente no ano passado, R\$ 38,4 milhões. Entre os 49 presos até ontem à noite, está Luiz Abi Antoun, parente do governador Beto Richa (PSDB), e a alta cúpula da Receita durante o primeiro mandato do tucano (2011-2014). Luiz Abi, considerado foragido, é apontado pelo Gaeco como o “chefe político” do esquema.

✦ O governador Beto Richa (PSDB) disse que o governo do estado é o maior interessado nas investigações. “Se houve prejuízo à arrecadação do estado do Paraná, que seja levantado”, afirmou. O governador disse ainda ter vínculo com muitas pessoas, mas que não pode “ser relacionado com maus feitos de quem quer que seja”.

11 JUN 2015

# GAZETA DO POVO

## Gaeco prende 49 e acusa parente de Richa de chefiar corrupção na Receita

Luiz Abi é apontado como chefe do esquema que arrecadou pelo menos R\$ 38,4 mi em 2014

*Amanda Audi, Diego Ribeiro, Rogerio Waldrigues Galindo, Katna Baran e Fábio Silveira, do JI*

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público do Paraná (MP), deflagrou operação na manhã desta quarta-feira (10) para cumprir a prisão — determinada pela Justiça de Londrina — de 68 pessoas ligadas ao esquema de corrupção na Receita Estadual que, somente em 2014, pode ter movimentado R\$ 38,4 milhões. Entre os presos, estão Luiz Abi Antoun, parente de Beto Richa (PSDB), e toda a alta cúpula da Receita durante o primeiro mandato do governador (2011-2014). Luiz Abi é apontado pelo Gaeco como o “chefe político” do esquema e é descrito como “eminência parda” do governo do Paraná. Até o fechamento desta edição, 49 pessoas haviam sido presas. Abi seguia foragido.

Os pedidos de prisão, busca e apreensão, condução coercitiva e quebra de sigilo bancário, à

qual a *Gazeta do Povo* teve acesso, mostram que o Gaeco acusa Luiz Abi de ser o responsável por arrecadar propina para a campanha eleitoral de Richa (leia mais na próxima página) e também por decidir quem ocuparia os cargos do alto escalão da Receita.

O parente do governador também agiria como “protetor político” dos integrantes do esquema e indicaria quais empresas poderiam ser investigadas. Segundo a acusação, Abi agia com Márcio de Albuquerque Lima, inspetor geral da Receita até março e considerado um dos líderes do grupo.

Apenas em 2014, o Gaeco apurou que R\$ 38,4 milhões de propina foram arrecadados somente nas delegacias da Receita de Curitiba, Londrina e Maringá. O mesmo esquema, porém, funcionaria também em pelo menos outras 15 delegacias da Receita Estadual.

Além de Abi e Lima, também tiveram mandado de prisão decretada José Aparecido Valêncio da Silva, ex-coordenador geral da Receita, que deixou o cargo em maio, em meio às investigações; o ex-diretor Hélio Obara; e Clóvis Rogge, ex-inspetor geral, entre outros. Ao todo, foram indiciados quatro diretores; cinco inspetores-gerais, quatro inspetores regionais e três delegados da Receita.

Em depoimento de delação premiada prestado em maio, o auditor Luiz Antônio de Souza disse que “alguns poucos auditores da Receita não são corruptos” e não participavam do esquema.

Segundo o promotor Renato de Lima Castro, do MP Londrina, a organização criminosa é “altamente sofisticada” e hierarquizada. Ele diz que novos agentes eram cooptados a integrar a organização na medida em que passavam no concurso público. As investigações mostram que os pagamentos de propina eram diluídos e chegavam até os cargos de direção e inspetoria da Receita (veja infográfico abaixo).

Os empresários seriam coagidos a pagar propina e, em troca, eram beneficiados com alívio no pagamento de impostos. Segundo o Gaeco, empresários teriam relatado que tentaram reduzir as parcelas de propina, mas eram informados que seria impossível pela necessidade de enviar parte do dinheiro para Curitiba — descrito como “o pessoal lá de cima”.

**CONTINUA**

1 1 JUN 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Três décadas

Segundo as investigações, a corrupção na Receita ocorria há pelo menos 30 anos e o esquema seria formado por auditores, empresários e contadores que facilitavam a sonegação de impostos mediante pagamentos vultosos de propina. O auditor Luiz Antônio de Souza relatou, na delação premiada, que o esquema teria iniciado em governos anteriores, na década de 80. Teria sido suspenso durante o governo de Roberto Requião e retomado com Richa, por intermédio de Luiz Abi.

De acordo com o Gaeco, a organização criminosa seria “de tal forma sedimentada no estado” que os ocupantes da alta cúpula da Receita eram substituídos “segundo a conveniência política de então”. O texto prossegue afirmando que “é certo que os escolhidos dessem continuidade ao esquema”.

### IGUAL AO PCC

O Gaeco compara o grupo que atuava na Receita com o PCC.

“[Eles] são pouco ou nada expostos, e, em contrapartida, recebem as mais altas compensações financeiras”.

“Talvez a única diferença resida no fato dos integrantes do PCC se declararem publicamente criminosos integrantes dessa facção criminosa, enquanto os auditores fiscais (...) declaram-se ‘homens de bem’ e honestos.”

CONTINUA

## ESQUEMA

Segundo o Ministério Público, membros da cúpula da Receita Estadual faziam parte do esquema de recolhimento de propina e sonegação de impostos de empresas.

### POR CARGO

#### DIRETORES

José Aparecido Valécio da Silva  
Helio Hisashi Obara  
Gilberto Della Coletta  
Cleto Tomanini

#### INSPETORES GERAIS

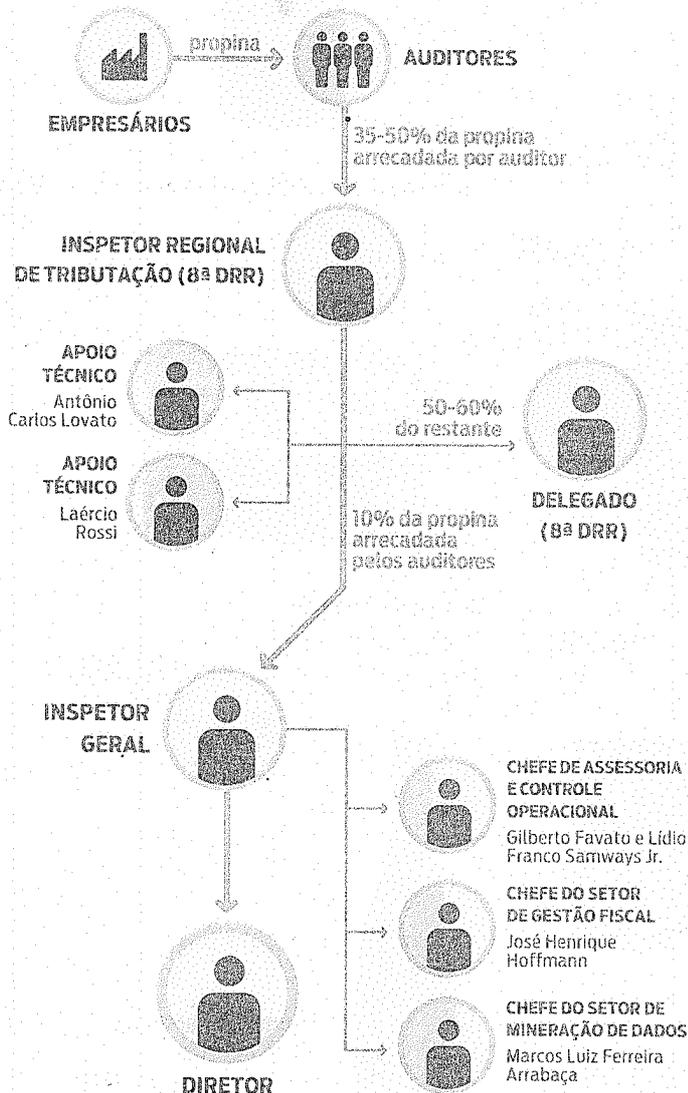
Márcio de Albuquerque Lima  
Lídio Franco Samways Jr.  
Clovis Rogê  
Luiz Fernandes de Paula

#### INSPETORES REGIONAIS

Luiz Antonio de Souza  
Milton Digiácomo  
Jaime Nakano

#### DELEGADOS

José Luiz Favoreto Pereira  
Cícero Antônio Eich



### O QUE DIZEM OS ADVOGADOS

O advogado de Márcio de Albuquerque Lima, Douglas Maranhão, preferiu não comentar a nova detenção de seu cliente. Eduardo Duarte Ferreira, defensor de Luiz Antônio de Souza, declarou que ele continua colaborando com as investigações. Os advogados de José Aparecido Valécio da Silva e José Luiz Favoreto Pereira não atenderam às ligações. Os demais citados não tiveram seus defensores encontrados.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

## R\$ 38,4 MILHÕES

foi o valor da propina arrecadada por auditores em 2014 apenas nas delegacias da Receita de Curitiba, Maringá e Londrina, segundo as investigações do Gaeco.

## R\$ 1 MILHÃO

é quanto auditores da principal delegacia da Receita Estadual envolvida no esquema, a de Londrina, podem ter cobrado por mês em propinas.

## DE R\$ 80 MILA ATÉ R\$ 100 MIL

seria a "meta" estabelecida para a delegacia de Londrina enviar por mês à Inspetoria Geral de Fiscalização – o que corresponde a 10% do total.

## CONTINUA

# Delator diz que R\$ 4,3 mi do Fisco foram para a campanha de Richa; PSDB nega

Em delação, auditor fala sobre um suposto esquema que teria envolvido ao menos sete delegacias da Receita Estadual

por Rogério Waldriques Galvão

A denúncia apresentada nesta quinta-feira (10) pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) acrescenta novos elementos aos relatos já divulgados de que dinheiro desviado da Receita Estadual pode ter sido usado na campanha da reeleição do governador Beto Richa (PSDB), em 2014. Novamente, as informações se baseiam principalmente no depoimento do auditor Luiz Antônio de Souza, preso em fase anterior da Operação Publicano e que se tornou colaborador da Justiça. Segundo Souza, podem ter sido usados até R\$ 4,3 milhões ilícitos na campanha. O PSDB nega qualquer irregularidade.

No documento apresentado pelo Gaeco à Justiça, que resultou na decretação da prisão de 68 pessoas, aparece um longo trecho da delação premiada de Souza em que ele fala sobre um suposto esquema de

arrecadação para a campanha eleitoral. Segundo ele, que chegou a ocupar o cargo de inspetor regional de fiscalização, o esquema teria envolvido pelo menos sete delegacias da Receita.

Souza afirma que ouviu de Márcio Albuquerque de Lima, à época inspetor-geral da Receita, que Luiz Abi Antoun, primo distante do governador Beto Richa (PSDB) e apontado como "eminência parda do governo", teria em 2014 a expectativa de conseguir R\$ 1 milhão para a campanha na Delegacia de Londrina. Nessa versão, a delegacia da Receita de Curitiba teria sido incumbida de arrecadar R\$ 2 milhões.

"Com relação às demais delegacias (sendo certo que isso inclui as Delegacias Regionais de Maringá, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa), o compromisso era de que a própria IGF (Inspeção Geral de Fiscalização) repassaria diretamente para Luiz Abi R\$ 300.000 mensais, por cinco meses, que seriam recolhidos pela IGF dessas delegacias", diz documento do Gaeco, citando a delação de Souza.

De acordo com o delator, os R\$ 4,3 milhões seriam formados por R\$ 2 milhões de Curitiba,

R\$ 800 mil de Londrina e R\$ 1,5 milhão das demais delegacias. Na versão de Souza, Márcio Albuquerque de Lima entregava pessoalmente o dinheiro para Luiz Abi, em Londrina ou em Curitiba. Ele disse ainda que Abi sabia que a origem do dinheiro era ilícita.

O PSDB nega que tenha usado dinheiro ilícito na campanha. De acordo com o partido, a campanha registrou todas as receitas e teve suas contas aprovadas pela Justiça Eleitoral. O PSDB também afirma que a arrecadação era integralmente feita pelo comitê financeiro da campanha, do qual Luiz Abi jamais participou. No total, a campanha de Richa à reeleição registrou receitas de R\$ 26 milhões.

## DETALHES

Segundo o delator, os R\$ 4,3 milhões seriam formados por R\$ 2 milhões de Curitiba, R\$ 800 mil de Londrina e R\$ 1,5 milhão das demais delegacias da Receita Estadual.

CONTINUA

## CONTINUAÇÃO

### INVESTIGAÇÃO

#### Agente infiltrado atua para obter provas

Diego Ribeiro

Os documentos da investigação do Gaeco mostram que o MP usou um agente infiltrado para conseguir provas durante a primeira fase da Operação Publicano. Os dados daquela investigação ajudaram os promotores na apuração da segunda etapa, deflagrada nesta quarta-feira (10). No pedido de prisões feito pelo Gaeco, os promotores lembram que aquele agente infiltrado, em conversa com André Luis Santelli, policial civil denunciado na primeira fase da operação, mostra o tamanho do esquema: "(...) como que funciona a mordida, oh, pra ele e pro parceiro: geralmente é dois ou três que trabalham, morde eu, você e pega nossa parte, passa para o inspetor, inspetor passa para o inspetor geral e chega até no diretor [da Receita]", afirma Santelli, ao infiltrado. Em seguida, ressalta: "Quem arrecada, é, sempre foi (...) o inspetor, é igual o superintendente que vai pegar o dinheiro do bicho (...)".

## EXTENSÃO DO CASO

### Corrupção se espalhou por 18 cidades e pelo menos 58 empresas

Diego Ribeiro

As investigações da segunda fase da Operação Publicano, desencadeada nesta quarta-feira (10) pelo Gaeco, conseguiu localizar indícios de corrupção cometida por fiscais da Receita Estadual em 18 cidades do interior do Paraná. Além disso, as investigações identificaram 58 empresas que foram abordadas por fiscais para pagar propina. Apenas uma não efetuou o pagamento. É o que consta do relatório de investigação que embasa os pedidos de prisão, busca e quebra de sigilo bancário.

Dezenas de empresários foram ouvidos e confirmaram que pagavam propina aos fiscais. Em Londrina, por exemplo, pelo menos seis depoimentos de empresários que confirmam o esquema estão no documento que sustentou a segunda fase da operação. Em Arapongas e Apucarana, o número de empresários das duas cidades juntas chega a sete, de acordo com o pedido de prisão. Só nessas três cidades, foram identificadas 34 empresas que foram alvos dos fiscais. Muitas empresas citadas na investigação também foram identificadas por meio da delação premiada dos auditores Luiz Antônio de Souza e Rosângela de Souza Semprebom.

#### Modus operandi

No documento do Gaeco é possível identificar algumas estratégias de atuação dos fiscais durante a abordagem para soli-

cular a propina.

A primeira era o pedido de pagamento para acelerar pedidos de empresários para receber desconto no ICMS por meio de créditos acumulados. Nesse caso, o valor da "mordida" levava em conta a quantia em créditos. Se o empresário tinha R\$ 2 milhões em crédito, por exemplo, a quantia da propina girava entre 8% e 10% do total.

Outra estratégia era a ameaça. Se os empresários não pagassem o que pediam, eram autuados por supostas irregularidades. Os valores das propinas chegavam a até 40% do total devido pela empresa para Receita. Em alguns casos, os auditores fiscais nem sequer declaravam quais eram os problemas que as empresas tinham. Simplesmente, pediam o dinheiro.

#### Contadores

Vários contadores das empresas eram colaboradores do esquema. Por medo, muitos empresários preferiam lidar com os contadores, ao invés de falar diretamente com os auditores. É o que relatou o delator Luiz Antonio de Souza. "(...) Inclusive a maior parte deles [contadores] ficava com uma porcentagem da propina dada pelo empresário; que muitas vezes esse quantitativo correspondia a 10% da propina (...)".

## MUNICÍPIOS

As cidades onde foram identificados casos de corrupção na Receita estadual são: Londrina, Apucarana, Arapongas, Cornélio Procópio, São Sebastião da Amoreira, Assaí, Santo Antônio da Platina, Santa Mariana, Guaraci, Jandaia do Sul, Cambé, Ibiporã, Rolândia, Prado Ferreira, Florestópolis, Porecatu, Sertaneja e Sabáudia.

11 JUN 2015

GAZETA DO POVO

# Governo estadual é o maior interessado na investigação, diz Richa

Governador afirma não poder ser relacionado com “maus feitos” de pessoas que estão sendo investigadas

*Da Redação, com informações de Adriana Czelusniak*

O governador Beto Richa (PSDB) falou nesta quarta-feira (10) sobre as investigações do Gaeco sobre a suposta organização criminosa formada por auditores da Receita Estadual, contadores e empresários para facilitar a sonegação fiscal mediante o pagamento de propina. Richa disse que o governo é o maior interessado nas investigações.

Ele também afirmou ter vínculo com muitas pessoas, mas que não pode “ser relacionado com maus feitos de quem quer que seja”. Luiz Abi Antoun, primo distante de Richa, é apontado pelo Gaeco como chefe do esquema de corrupção na Receita e

eminência parda do governo do tucano.

Além de Abi, a ação do Gaeco desta quarta-feira (10) expediu mandado de prisão contra Márcio de Albuquerque Lima, considerado o líder do grupo no Fisco Estadual e que foi inspetor geral de fiscalização da Receita entre julho do ano passado e março desse ano. Lima foi companheiro do governador em provas de automobilismo.

“Eu não passo a mão na cabeça de ninguém. Posso te assegurar que o estado, o governo, é o maior interessado que essas investigações aconteçam, que tudo seja esclarecido. Se houve prejuízo à arrecadação do estado do Paraná, que seja também levantado e, havendo culpados, que sejam punidos.”

Questionado sobre a proximidade com pessoas envolvidas no escândalo político, Richa rebateu. “Eu tenho vínculo com muitas pessoas. Mas não posso ser relacionado com maus feitos de quem quer que seja que esteja sob investigação”, disse o governador.

CONTINUA

1 1 JUN 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### OUTRO LADO

#### Advogado de acusados reclama da dificuldade para ter acesso à investigação

| Katna Baran e Fábio Silveira, do JL

A reportagem da **Gazeta do Povo** procurou todos os investigados na segunda fase da Operação Publicano. O advogado do ex-inspetor-geral de fiscalização na Receita Estadual Márcio de Albuquerque Lima, Douglas Maranhão, disse que não teve acesso à autorização da prisão preventiva e preferiu não comentar a nova detenção de seu cliente.

Eduardo Duarte Ferreira, defensor dos irmãos Luiz Antônio de Souza, ex-inspetor-geral, e Rosângela Semprebom, auditora fiscal, afirmou que eles continuam colaborando com as investigações.

A reportagem tentou contato com as defesas de José Aparecido Valécio da Silva, ex-coordenador da Receita, e José Luiz Favoreto Pereira, ex-delega-

do-chefe da Receita Estadual em Londrina, mas ninguém atendeu às ligações. Os demais presos não tiveram seus representantes encontrados pela **Gazeta do Povo**.

#### Reclamação

Walter Bittar, advogado de cinco auditores presos, reclamou da falta de acesso dos defensores a autorização das prisões. "Nem na ditadura ocorria isso. Prender para depois investigar é um absurdo. Eles não sabem nem os motivos da prisão", declarou o advogado, afirmando ainda que muitos defensores aguardaram por mais de três horas para conversar com seus clientes.

O advogado José Carlos Mansini Júnior, membro da Comissão de Defesa das Prerrogativas da OAB de Londrina, admitiu o problema, ocorrido devido à falta de estrutura da sede do Gaeco. "Houve um grande número de prisões e em todas há necessidade da presença do advogado. Isso foi respeitado dentro do possível", afirmou.

# GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

11 JUN 2015

## Sísifo no inferno astral

Quando toda a tarefa já parecia pronta, faltando ao governador Beto Richa apenas começar a cumprir a promessa de que o “melhor estava por vir”, eis que se levantaram novamente as chamas do inferno astral que ardem há meses no Palácio Iguazu: o primo distante Luiz Abi Antoun foi apontado na Operação Publicano do Gaeco como o “gestor político” da Receita Estadual e do produtivo esquema de propinas que rolava nas entranhas do órgão encarregado de cobrar impostos e abastecer os cofres do estado.

O primo teve a sorte de estar em lugar incerto e não sabido no momento em que o Gaeco corria em seu encaço na manhã de ontem. A Polícia Federal já teria recebido pedido para que o nome dele seja inscrito no Sinpi — Sistema Nacional de Procurados e Impedidos, incluído na chamada “difusão vermelha” da Interpol e vasculhado em 181 países, incluindo Paraguai e Argentina. Por precaução, o passaporte FD612802 entrou em vigilância.

Outros 48 envolvidos na Publicano, operação que trabalha há meses para dismantelar a quadrilha articulada para trocar tributos e multas por propinas, tiveram menos sorte que Abi e foram levados à penitenciária de Londrina.

Nesta fase da Publicano, o alvo foi a cúpula da Receita Estadual, isto é, os servidores nomeados para exercer cargos de confiança da hierarquia superior. Confiança, como o próprio nome diz, só se atribui àqueles que se conhece bem. Por isso, entre os presos (agora pela segunda vez) está Márcio de Albuquerque Lima, co-piloto do governador em provas automobilísticas, nomeado inspetor-geral da fiscalização três meses antes da eleição de 2014.

Não se sabe a que andares ainda subirão as apurações do Gaeco, mas uma nota do Palácio Iguazu já se precava de más interpretações. Ela é tranquilizadora quando diz que o governo

“apoia as investigações e o esclarecimento completo de todas as suspeitas de corrupção”. Mas em seguida relativiza a importância dos eventos atuais: “os desvios de conduta e a cobrança de propina por parte de maus fiscais caracterizam um comportamento endêmico, ou seja, fatos que acontecem há cerca de trinta anos”. Pergunta-se: o Palácio pretendeu dizer que, por ser rotina antiga, o governo tem menor responsabilidade sobre a rotina dos servidores que nomeou?

Difícil entender esse pedaço da nota. Principalmente quando se sabe que o suposto chefe do bando, Luiz Abi, gozava de enorme desenvoltura para frequentar gabinetes, fazer amigos e influenciar pessoas, mesmo não sendo servidor. Era também notória a proximidade de outros envolvidos com o andar de cima.

Tanto quanto se sabe até agora, os encarregados de arrecadar propinas endereçavam parcelas para a “sede” central em Curitiba. Estimase que o esquema rendia R\$ 1 milhão por mês, considerando apenas as delegacias com jurisdição em cidades do Norte do estado. Multiplique-se pelo número de meses em que o esquema funcionou e se terá noção do tamanho da receita ilegal e do prejuízo para o Tesouro.

CONTINUA

11 JUN 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Muitas vitórias

As prisões de ontem têm o poder de empalidecer o êxito que o governador Beto Richa vinha obtendo nos últimos meses. Apesar do desgaste que sofreu no período, colecionava vitórias nos vários campos de batalha em que se meteu visando a devolver equilíbrio às contas públicas.

Em dezembro passado, antes mesmo de assumir o segundo mandato, aprovou na Assembleia, em regime de "tratoração", uma drástica derrama: aumentou o ICMS sobre 95 mil produtos e reajustou o IPVA em 40%. Em seguida, aumentou energia, água e gasolina.

Em fevereiro, depois de lotar de deputados um camburão policial, teve de fazer recuos estratégicos. Mas acabou por conseguir que a Parana Previdência passasse a sacar R\$ 140 milhões mensais para aposentadorias e pensões antes pagas pelo Tesouro.

Desta batalha, em 29 de abril, resultaram 213 feridos a balas de borracha e bombas de gás naquele que entrou para a história do Paraná como o ato mais violento de repressão a manifestações, de proporções não registradas nem mesmo nos anos de chumbo da ditadura.

Para coroar suas vitórias, Richa viu os professores encerrarem 50 dias de greve. Voltaram às aulas sem o reajuste de 8,17% que pediam. Valeu o que o governo quis dar-lhes — isto é, apenas 3,45% em outubro e o resto em janeiro.

O governador poderia agora descansar das batalhas e, aos poucos, ir tomando coragem de sair às ruas, mas as estripulias na Receita de novo assombram a sua paz. Só o mitológico Sísifo sofreu tanto quando via rolar para baixo a pedra que, com enorme sacrifício, pouco antes empurrara morro acima.

11 JUN 2015

GAZETA DO POVO

# Governo “esvazia” fundos estaduais e pode comprometer investimentos

Uso do dinheiro do Fupen, por exemplo, já está gerando falta de kit higiene para os presos do Paraná

| Catarina Scortecchi

■ Não é de hoje que o governo do Paraná alega cofres desabastecidos, o que dificultaria o pagamento de fornecedores e a concessão de reajustes ao funcionalismo. Na busca por mais recursos, e as tentativas foram variadas, o governo estadual também conseguiu abocanhar as verbas de quase todos os fundos estaduais ligados ao Executivo através de duas alterações na legislação, feitas em dezembro do ano passado e em abril último. Em 2015, 13 fundos estaduais devem render quase R\$ 700 milhões para o caixa geral. Agora, setores do estado ligados à segurança pública, como o sistema prisional, estariam sentindo os efeitos das mudanças na destinação dos recursos dos fundos estaduais. Especialistas ouvidos pela reportagem alertam ainda que a medida, na prática, também tira a autonomia dos conselhos responsáveis pela gestão dos fundos e pode comprometer investimentos em ações e programas estaduais.

Um fundo é um mecanismo de organização de recursos bastante utilizado em administrações públicas Brasil afora e, pela regra geral, 70% da verba recolhida deve, obrigatoriamente, ser gasta com investimentos (ações e programas). A verba restante (30%) é utilizada em custeio, ou seja, serve para manter o próprio fundo. No Paraná, com as alterações na legislação, o governo estadual vincula as verbas dos fundos ao caixa geral do estado e ganha autorização para gastar o dinheiro com qualquer coisa, desde que a despesa esteja atrelada à área de origem do fundo. Ou seja, a verba do Fundo Penitenciário (Fupen) pode servir para pagar despesas da Secretaria de Estado da Segurança Pública, por exemplo.

“Eu gosto da utilização dos fundos porque é uma verba que fica separada, tem finalidade específica. Serve para racionalizar o uso do dinheiro. Acho que a alteração feita pelo governo do Paraná é ruim. Os fundos perderam a autonomia”, avalia o advogado Rodrigo Kanayama, especialista na área. Por outro lado, ainda segundo ele, “há um impasse, porque demonstra que o estado não tem de onde tirar [dinheiro]. Parece uma medida desesperada. A gente espera que no

futuro isso seja resolvido”, pondera Kanayama.

Para Rafael Viegas, do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná, houve uma “alteração importante” na legislação, envolvendo “recursos de grande monta”, e a discussão sobre o tema foi quase nula. “Ninguém questionou ainda a legalidade dessa mudança, que significa que o governo estadual pode pegar todo o dinheiro dos fundos e aplicar onde ele quiser”, critica Viegas.

## Sistema prisional

No Paraná, em função da alegada crise financeira, dinheiro de fundos estaduais inicialmente destinado a ações de investimento também serviria para “tapar buraco” e compensar a falta de recursos do tesouro estadual, de acordo com uma das integrantes do conselho responsável pela gestão do Fupen, Isabel Kugler Mendes, presidente do Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. “É dever do estado, por exemplo, fornecer um kit de higiene para cada preso, com papel higiênico, sabonete, sabão para roupa, creme dental e escova de dente. Mas já tem uns três anos que o governo estadual não consegue comprar o kit completo.

CONTINUA

1 1 JUN 2015

## GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

## ESTIMATIVAS

Confira quais são os valores (aproximados) de arrecadação previstos para 2015 nos fundos estaduais ligados ao Executivo:

	<b>Funesp</b> Fundo Especial de Segurança Pública	R\$ 424,6 milhões
	<b>Fia</b> Fundo Especial para a Infância e Adolescência	R\$ 120,8 milhões
	<b>Funrefisco</b> Fundo de Reequipamento do Fisco	R\$ 70,4 milhões
	<b>FRHI</b> Fundo Estadual de Recursos Hídricos	R\$ 22,1 milhões
	<b>Funrestran</b> Fundo de Reequipamento do Trânsito	R\$ 16,1 milhões
	<b>FEPGE</b> Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado	R\$ 8,5 milhões
	<b>Fema</b> Fundo Estadual do Meio Ambiente	R\$ 7,8 milhões
	<b>Fecon</b> Fundo Estadual de Defesa do Consumidor	R\$ 5,2 milhões
	<b>Fupen</b> Fundo Penitenciário	R\$ 5,1 milhões
	<b>FEID</b> Fundo Estadual dos Direitos do Idoso	R\$ 2,9 milhões
	<b>Fesd</b> Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas	R\$ 2,4 milhões
	<b>Feap</b> Fundo de Equipamento Agropecuário	R\$ 847,9 mil
	<b>Feas</b> Fundo Estadual de Assistência Social	R\$ 60 mil
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 686,8 milhões</b>

Fonte: Governo do Paraná. **infografia:** Gazeta do Povo.

## CONTINUAÇÃO

Aí o fundo (Fupen) assumiu este papel e passou a comprar papel higiênico e barra de sabão. Agora, sem o dinheiro do fundo, as famílias dos presos é que estão levando o papel higiênico. Imagina quem não tem família para ajudar?", relata ela. Para Isabel, a alteração na legislação causa indignação. "Já era difícil antes. O dinheiro do fundo não é muito. Mas era alguma coisa."

CONTINUA

11 JUN 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Mudança na legislação é alvo da OAB e do MP

As alterações nas regras dos fundos estaduais se tornaram alvo do Ministério Público (MP) do Estado, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, do Ministério Público de Contas (MPC) e também da Defensoria Pública do Paraná. Os estudos sobre a mudança na legislação já estão em fase final e um dos pontos analisados diz respeito ao propósito de cada fundo.

“Acho que é o ponto mais delicado. Valores sendo utilizados para finalidades que não foram originalmente previstas. Me incomoda essa flexibilização porque se trata de um dinheiro ‘carimbado’, com destinação específica”, antecipa o promotor de Justiça Mauro Sergio Rocha, responsável por um procedimento no MP que trata do assunto.

Rocha não antecipou qual medida deve tomar, mas informou que o procedimento pode render desde uma recomendação administrativa, para que alguma “correção” seja feita pelo governo estadual, ou até mesmo uma medida judicial. A representação foi aberta a

**“O Fupen recebe dinheiro de duas fontes principais. De empresários que utilizam o trabalho dos presos e de multas pecuniárias (...). É um dinheiro que não vem do Estado.”**

Isabel Mendes, advogada e membro do conselho fiscal do Fupen.

pedido do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor.

A possibilidade de aplicar o dinheiro em outras demandas também é criticada por Isabel Kugler Mendes, integrante do conselho responsável pela gestão do Fupen. “O Fupen recebe dinheiro de duas fontes principais. De empresários que utilizam o trabalho dos presos e de multas pecuniárias, que os presos pagam de acordo com o que o juiz arbitra. É um dinheiro que não vem do estado. E a finalidade do Fupen é uma só: a verba tem que ser aplicada para melhoria do sistema pri-

sional”, explica ela.

Cada fundo estadual foi criado por uma lei específica. Nesta lei, ficam definidas quais são as fontes de recursos do fundo e quais os destinos que devem ser dados ao dinheiro. Com a alteração na legislação, as regras relativas às finalidades dos fundos se tornam mais abrangentes.

Uma das principais fontes de recursos do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (Fecon), por exemplo, são as multas aplicadas pelo Procon contra as empresas. Entre as finalidades do fundo estaria a reparação de danos causados ao consumidor, mas o dinheiro também é gasto em campanhas educativas, por exemplo.

Multas por infrações às normas ambientais alimentam o Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema), que também pode receber verbas de órgãos públicos, como do governo federal, ou até de entidades internacionais. A possibilidade de gastos é variada, como na recuperação de unidades de conservação.

O fundo com mais volume de recursos hoje, com mais de R\$ 400 milhões previstos para 2015, é o Fundo Especial de Segurança Pública (Funesp), alimentado por taxas de órgãos e superávits do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran) e do Fundo de Reequipamento do Trânsito (Funrestran), entre outras dezenas de fontes. (CS)

CONTINUA

1 1 JUN 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### “Dinheiro dos fundos não era aplicado”, diz coordenador

O coordenador da Administração Financeira do Estado, João Otávio Faria Borges de Sá, reconhece que os recursos dos fundos estaduais ajudam o Executivo a fechar a folha de pagamento com pessoal, mas alega que a gestão da maioria deles era ineficiente e que não havia investimento. “Independente de governo, independente de secretário, ao longo do tempo esses fundos executaram muito pouco.”

Borges de Sá não sabe explicar os motivos exatos da falta de aplicação dos recursos, mas menciona que há demora na deliberação dos conselhos que administram os fundos para aprovar os planos de aplicação. “A nova legislação tira a característica de fundo contábil e passa a ser uma fonte de recursos. Como fonte de recursos, estamos dando agilidade e dinamismo para a administração.”

O coordenador garante, ainda, que o governo estadual continuará investindo nas ações e programas previstos originalmente. “É só uma questão de fluxo de caixa. Posso distribuir esse dinheiro dentro da programação da secretaria de tal forma que o tesouro não sofra tanto para fechar folha, pagar dívida, pagar fornecedor. Mas, no final, desde que tenha receita, o recurso vai ser executado em ações e programas.”

Em relação ao Fupen, Borges de Sá disse desconhecer

problemas de falta de repasses. “Não há nenhum prejuízo ao Fupen. Inclusive aportamos o Fupen com o dinheiro do tesouro nos últimos anos.”

Questionado sobre a perda de poder dos conselheiros, na gestão dos fundos estaduais, o coordenador afirma que “eles vão continuar propondo ações”. “Nem tudo você pode fazer descolado da realidade. E se o conselho vai na contra-mão do que precisa, do que é necessário? Você cria um impasse. Conselho tem que ser consultivo. Não deliberativo”, afirma. (CS)

11 JUN 2015

## GAZETA DO POVO

# Acordo limita a redução da idade penal a crime hediondo

Deputados e senadores convergiram nesta quarta-feira (10) em torno de uma proposta do PSDB que restringe a redução da maioridade penal apenas a crimes hediondos, como latrocínio e estupro, e a crimes gravíssimos, como lesão corporal grave e roubo qualificado. O texto da comissão especial da Câmara, que prevê a redução linear da maioridade penal de 18 para 16 anos, seria votado nesta quarta, mas, após tumulto entre estudantes e policiais legislativos, a votação ficou para a próxima semana.

Eleita como um caminho intermediário, a proposta do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que ainda tramita no Senado, prevê que o pedido para punir o jovem da mesma maneira que um adulto deve ser levada a um juiz pelo promotor de Justiça da Vara da Infância e da Juventude. Pelo texto, o infrator também passaria por uma avaliação psicológica, socioeconômica e familiar.

Defensor da redução linear da maioridade penal, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), passou a costurar apoio à proposta de Aloysio para neutralizar as negociações entre governo federal e setores do PSDB, ambos contrários ao texto da comissão especial da Câmara.

Na tarde desta quarta, Cunha recebeu o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), que defen-

de a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para ampliar, de três para oito anos, o tempo máximo de internação de jovens infratores. "Defendo a proposta de mudar o ECA. Agora, entendo que a proposta do senador Aloysio é melhor do que a outra (da comissão)", disse Alckmin. O presidente da Câmara quer votar o texto da comissão em plenário no próximo dia 30.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) cobrou nesta quarta-feira do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a votação de um recurso para tentar apreciar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de Aloysio Nunes na Casa. "Essa proposta pode ser a síntese, o ponto de convergência. Paute para o plenário esta proposta, este recurso do senador Aloysio. Nós temos hoje o mais bem acabado projeto", cobrou Aécio. A proposta, bandeira de campanha de Aécio, havia sido rejeitada, por 11 votos a oito, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em fevereiro de 2014.

Renan prometeu pausar a votação do recurso "em breve". "O Parlamento não vai sonegar nenhuma discussão. Essa é uma decisão complexa, muito cobrada pela sociedade", disse Renan.

11 JUN 2015

# GAZETA DO POVO

## STF libera publicação de biografias não autorizadas

Órgão máximo do Poder Judiciário encerra a polêmica do caso e ressalta a defesa da liberdade de expressão

Angeli Maros

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta quarta-feira (10), pelo fim da necessidade de autorização prévia para a publicação de biografias no país. A decisão atende a um pedido da Associação Nacional de Editores de Livros (Anel), que ajuizou, em 2012, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para questionar a exigência, determinada nos artigos 20 e 21 Código Civil brasileiro. O argumento da Anel era de que os dispositivos conteriam regras incompatíveis com a liberdade de expressão e de informação.

Relatora do caso, a ministra Cármen Lúcia reiterou em seu voto a defesa da associação e de todas as entidades que apoiaram a procedência do pedido, como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). “Não é proibindo e recolhendo obra, enfim, ca-

lando não apenas a palavra do outro, mas amordaçando a história, que se consegue cumprir a Constituição”, declarou.

Assim como os demais magistrados, a ministra ressaltou que o veredicto não isenta os possíveis autores de assumirem responsabilidades em caso de abuso de direitos. “O resto é censura. E censura é uma forma de calar bocas”, argumentou.

Roberto Barroso, segundo ministro a votar, destacou a inexistência de hierarquia entre as normas constitucionais, mas afirmou que a liberdade de expressão “deve ser tratada constitucionalmente como uma liberdade preferencial” para garantir a plenitude de outros direitos. “Defender a liberdade de expressão não significa dizer que ela sempre seja protagonista da verdade ou protagonista da justiça. Ela é protagonista da liberdade”, disse.

Dos dez ministros que integram a cúpula do STF, apenas Teori Zavascki, que está em viagem oficial para a Turquia, não participou da sessão.

### Histórico

A decisão tomada nesta quarta-feira pelo STF, órgão máximo do Poder Judiciário, coloca um ponto final nas po-

lêmicas que envolvem a publicação de biografias no país — alvo de discussão desde 2002, quando tais obras passaram a ser “controladas” pelo Código Civil.

Na época, nova regra estabelecida pela legislação definiu a possibilidade de proibir a “divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa”, em conteúdos expressos nos artigos 20 e 21 do código, que defendem também a vida privada como “inviolável”.

Desde então, o assunto dividiu o país em grupos divergentes sobre o tema. A bipolaridade ganhou fôlego em 2007, quando o cantor Roberto Carlos conseguiu tirar de circulação o livro *Roberto Carlos Em Detalhe*, por alegar que muitas trechos da obra o desagradaram. O apoio ao cantor foi fortalecido em 2013, ano de criação do grupo Procure Saber, formado por artistas, que defende restrições para as biografias. “Nunca quisemos exercer qualquer censura. Ao contrário, o exercício do direito à intimidade é um fortalecimento do direito coletivo”, intercedeu Gilberto Gil em um manifesto publicado pelo grupo em outubro de 2013.

11 JUN 2015

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLÍTICA

### **Sobre a previdência**

Celso de Melo, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), será o relator da ação ingressada pelo diretório nacional do PT contra as mudanças na Parana-previdência feitas pelo governo estado. A ação partiu dos senadores Gleisi Hoffmann (PT) e Roberto Requião (PMDB) e do presidente do PT no estado Enio Verri.

### **Itália autoriza que Pizzolato seja extraditado a partir do dia 15**

A extradição de Henrique Pizzolato ao Brasil já tem data marcada. O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, condenado no julgamento do mensalão, estará a disposição das autoridades brasileiras no dia 15 de junho. A partir dessa data, o governo brasileiro terá 20 dias para organizar seu retorno ao país. A informação foi dada por Giuseppe Alvenzio, representante do Ministério da Justiça italiano. O BV Brasil foi comunicado oficialmente nesta quarta-feira (10).

### **BESSA**

A OAB Paraná realiza hoje, às 18h30, sessão de homenagem a Luiz Edson Fachin pela nomeação ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), no auditório da OAB-PR da rua Brasilino Moura.

## Benefícios fiscais inconstitucionais

### ARTIGO

**GEROLDO AUGUSTO HAUER**, sócio-fundador, G.A.Hauer Advogados  
Associados (geroldo@gahauer.com.br).  
Colaboração: Arnaldo Conceição Junior,  
G.A. Hauer & Advogados Associados.

**H**á muito se discute a legitimidade de os estados concederem benefícios fiscais de ICMS sem a prévia aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Tal exigência tem previsão constitucional, mais precisamente no artigo 155 da Constituição Federal.

O Supremo Tribunal Federal (STF) firmou entendimento no sentido da inconstitucionalidade da lei estadual que concede benefícios fiscais sem aprovação prévia dos demais estados. Ocorre que, com a declaração da inconstitucionalidade de diversas leis estaduais concessivas de tais benefícios, criou-se um segundo problema, que consiste no efeito da declaração dessa inconstitucionalidade em relação às empresas contribuintes que fizeram uso de tais benefícios, de forma legítima, já que durante a sua fruição a legislação era válida.

Assim, os estados que concederam tais benefícios e as empresas que deles se utilizaram enfrentam cada qual o seu dilema. Para os estados, a questão está relacionada à cobrança ou não do ICMS que deixou de ser recolhido, e para as empresas à insegurança decorrente da possibilidade da cobrança.

O STF em alguns julgamentos sinalizou com a modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade nos casos da denominada guerra fiscal, fixando seus efeitos para o período posterior à data do respectivo julgamento. Um dos casos em que ocorreu tal modulação foi o julgamento da Lei 14.985/2006, do Paraná. Com essa modulação, em prestígio ao princípio da segurança jurídica, o STF afastou o risco de as empresas que usufruíram do benefício tributário declarado inconstitucional sofrerem a cobrança retroativa do tributo que deixou de ser recolhido.

Porém, outros casos foram julgados pelo STF em que a acima mencionada modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade não foi levada a efeito, com o que o acima mencionado dilema concernente à obrigação de o estado em efetuar, ou não, a cobrança do ICMS descontado em decorrência do benefício fiscal declarado inconstitucional, tornou-se, novamente, presente.

Uma forma de resolver a questão é a aprovação no Confaz de convênio que autorize o estado interessado a perdoar as dívidas tributárias decorrentes da fruição dos benefícios fiscais concedidos no âmbito da chamada guerra fiscal do ICMS, e que tenham sido declarados inconstitucionais pelo STF. Assim fez o Distrito Federal, que por meio da Lei Distrital 4.732/2011, suspendeu a exigibilidade e perdoou os créditos tributários de contribuintes que usufruíram dos benefícios fiscais da Lei Distrital 2.483/199, declarada inconstitucional na ADI 2549.

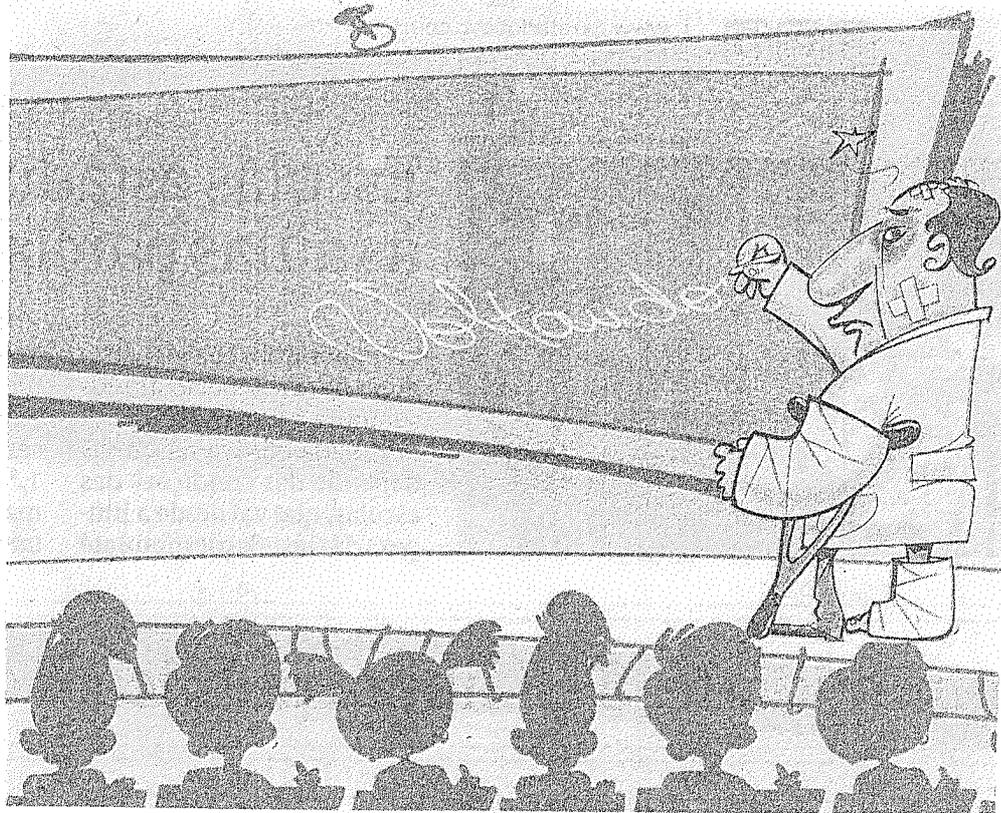
No entanto, após o Tribunal de Justiça do Distrito Federal ter declarado constitucional a lei distrital que suspendeu e perdoou os referidos créditos tributários, o Ministério Público recorreu ao STF, alegando que "o perdão da dívida tributária significa fraude praticada por meio de lei, consistente em convalidar os benefícios declarados inconstitucionais".

O Recurso Extraordinário do Ministério Público (RE 851421), teve a sua repercussão geral reconhecida, e o plenário do STF deverá se manifestar acerca da constitucionalidade da lei distrital em questão, sendo que o reconhecimento da sua inconstitucionalidade poderá acarretar um efeito nefasto, na medida em que contribuintes que se encontravam em situação idêntica, terão tratamentos distintos, haja vista a não modulação dos efeitos da declaração dessa inconstitucionalidade em alguns julgados do STF.

1 1 JUN 2015

# GAZETA DO POVO

PAIXÃO



1 1 JUN 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Gaeco prende 49 no esquema de propina na Receita

Apontado como "o verdadeiro gestor político" no Fisco estadual, o empresário Luiz Abi Antoun não foi encontrado

Loriane Comeli  
Reportagem Local

**A**pontado pelo Ministério Público (MP) como "o verdadeiro gestor político da Receita Estadual", o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PS-DB) e figura com trânsito livre no Palácio do Iguacu até ser preso em março por fraude em licitação, é um dos envolvidos na segunda fase da Operação Publicano, deflagrada ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, que continua a apurar a existência e forma de atuação de uma organização criminosa na Receita Estadual de Londrina. A quadrilha achacava empresários e teria arrecadado, nos últimos anos, cerca de R\$ 1 milhão mensal em propina.

Desta vez, 59 mandados de prisão foram expedidos pelo juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio – inclusive contra a Abi, que não foi localizado ontem – e 49 haviam sido cumpridos até às 19 horas. Os promotores do Gaeco não revelaram os indícios que pesam contra os detidos,

mas Abi – responsável por indicar os cargos de chefia na Receita, inclusive Márcio de Albuquerque Lima, apontado, na primeira fase da operação, como líder da quadrilha – teria participação importante na hierarquia da organização.

Segundo declarações do auditor Luiz Antonio de Souza, preso desde fevereiro por envolvimento também com um esquema de exploração sexual de adolescentes, e que há um mês fez acordo de delação premiada com o MP, Abi "dava ordens" no órgão de arrecadação e teria, inclusive, determinado que auditores arrecadassem dinheiro para a campanha de reeleição de Beto, em 2014. O acordo está sob sigilo judicial, mas o advogado do auditor, Eduardo Duarte Ferreira, concedeu entrevistas revelando parte das declarações do cliente.

Abi foi preso em 16 março, na Operação Voldemort, acusado de ser o líder de uma quadrilha que fraudou a contratação da oficina mecânica Providence para prestar serviços ao governo do Estado. A Providence, de fato, pertence a Abi, conforme denúncia que tramita na 3ª

Vara Criminal, embora o mecânico Ismar Ieger se apresente como dono.

Abi não foi encontrado ontem em sua residência durante o cumprimento do mandado de prisão. Sua mulher, Eloíza Pinheiro Abi Antoun, diretora administrativa da Sercomtel, teria informado aos agentes do Gaeco que ele havia viajado na noite anterior e não soube informar o paradeiro do marido.

O auditor Márcio de Albuquerque Lima, que já foi delegado da Receita em Londrina e, até ter a prisão decretada pela Publicano 1, em 20 de março, era o inspetor-geral de Fiscalização da Receita do Paraná, foi preso novamente ontem. Em delação premiada, o auditor Luiz Antonio de Souza disse que foi Lima quem repassou as ordens de Abi para arrecadar dinheiro para a campanha de Beto.

A mulher de Lima, Ana Paula Pelizari Lima, também auditora da Receita de Londrina, teve a prisão decretada. Mas ela já está presa desde 21 de maio quando se entregou depois de passar semanas foragida.

**CONTINUA**

11 JUN 2015

## FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Dos 15 auditores acusados na primeira fase da Publicano, nove tiveram a prisão decretada ontem: além de Lima e sua mulher, estão no rol Marco Antonio Bueno, José Luiz Favoreto (que permanece preso em razão de envolvimento em esquema de exploração sexual), Miguel Arcanjo Dias, Ranulfo Dagmar Mendes, Ricardo de Freitas, Ademir de Andrade e Amadeu Serapião.

### OPERAÇÃO PUBLICANO 2

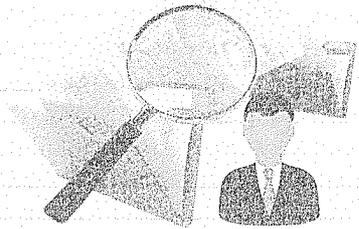
Relação dos presos na operação realizada ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

#### AUDITORES DE LONDRINA

Ademir de Andrade  
Amadeu Serapião  
Amado Batista Luiz  
Ana Paula Pelizari Lima (já presa)  
Antonio Carlos Lovato  
Carlos Eduardo Reginato  
Divaldo de Andrade  
Douglas Vítório da Silva  
José Aparecido Camargo  
José Luiz Favoreto (já preso)  
Laércio Rossi  
Lindolfo Traidi  
Luís Cláudio Depes Eiras  
Luiz Antonio Belarmino  
Márcio de Albuquerque Lima  
Marco Antonio Bueno  
Marcos Colombo  
Miguel Arcanjo Dias  
Milton Antonio Oliveira Digiácomo  
Ranulfo Dagmar Mendes  
Ricardo de Freitas  
Roberto Keniti Oyama  
Samir Malouf Ibrahim  
Sérgio Paulo de Souza Quaresma  
Wilson Sérgio Boni

#### AUDITORES DE CURITIBA

Clóvis Agenor Roge  
Gilberto Favato  
Jaime Kiochi Nakano  
João Márcio de Souza  
José Aparecido Valêncio  
José Henrique Hoffmann  
Lídio Franco Samways Júnior  
Marcos Luís Ferreira Arrabaça



#### AUDITORES DE OUTRAS CIDADES

Benedito Maciel Gomes	Cambé
Claudinê de Oliveira	Apucarana
Ederson Luiz Bonatto	Rolândia
Eurico Rosa de Almeida	Apucarana
Jane Elen Reis Cotta	Arapongas
Maurílio Nicolau	Ibiporã
Nelson Mandelli Júnior	Arapongas
Roberto Carlos Ricardo	Jacarezinho
Ronivaldo Costa Zani	Cornélio Procópio

#### CONTADORES E ADVOGADO

Fabício Resende Camargo, advogado	Londrina
Hederson Flávio Bueno, contador	Londrina
José Constantino, contador	Arapongas
Luiz Sérgio Rufato, contador	Arapongas

Obs: Dez pessoas que tiveram a prisão decretada ainda não foram localizados

Fonte: Gaeco

Folha Arte

Folclore

MAZZA

CONTINUA

Agora o primo distante, Luiz Abi, estará mais distante do que nunca porque foi considerado foragido pela justiça.

1 1 JUN 2015

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

### *Prisões atingem cúpula do Fisco do Paraná*

O ex-coordenador da Receita Estadual do Paraná José Aparecido Valêncio da Silva e o atual inspetor-geral de Fiscalização, Lídio Francos Samways Júnior, foram dois dos oito auditores da Receita Estadual de Curitiba presos ontem. Eles seriam transferidos ainda ontem para Londrina. Dois ainda não haviam sido localizados.

Valêncio ocupou o mais alto cargo da Receita até 20 de maio, quando pediu exoneração, após ter sido citado por Luiz Antonio de Souza como integrante do esquema criminoso. Antes de Lima assumir a inspetoria-geral de fiscalização, era Valêncio o titular deste cargo. Já Samways Júnior, o segundo na hierarquia da Receita, ainda é o chefe de fiscalização. Outro auditor lotado em Curitiba e preso ontem é Jaime Nakano, que já trabalhou na Delegacia de Londrina.

O coordenador do Gae-co, promotor Jorge Barreto da Costa, disse que a participação da cúpula da Receita no esquema se deu principalmente pelo rece-

bimento de parte do que era arrecadado como propina pelos auditores. "Alguns auditores de Curitiba, em algum momento de suas carreiras, trabalharam no acaque; mas, no caso aqui, eles recebiam parte da propina das respectivas delegacias", afirmou.

Conforme o auditor delator, 10% do que era arrecadado ia para Curitiba. O advogado de Souza, Eduardo Ferreira, disse que o dinheiro era transportado para a capital "por carro, avião, caixa, mala, inclusive preso ao corpo". Do restante, metade ficava com o auditor que fazia o "serviço sujo" e outra metade ia para a chefia em Londrina.

Até agora, segundo o promotor, não é possível estimar quanto o Estado deixou de arrecadar em impostos, porém, um dado é bastante significativo: a organização arrecadava, nos últimos tempos, cerca de R\$ 1 milhão em propina. "Ainda não temos os cálculos, que dependem de quebras de sigilo em andamento e do trabalho da auditoria", disse Costa. (L.C.)

CONTINUA

11 JUN 2015

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

### Auditor tenta se matar ingerindo remédios

Luis Fernando  
Wiltemburg  
*Reportagem Local*

Preso ontem na nova fase da Operação Publicano, o auditor fiscal Amadeu Serapião teria tentado se matar ingerindo uma grande quantidade de medicamentos de uso contínuo. Ele foi internado ontem no Hospital da Zona Sul de Londrina quando dava entrada na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) 2, onde permaneceria preso.

A ingestão teria ocorrido dentro do ônibus da Polícia Militar que transportava os detidos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), segundo o diretor do Departamento de Execução Penal (Depen) do Paraná, Luiz Alberto Cartaxo Moura.

De acordo com ele, Serapião teve permissão para levar seus remédios consigo. Porém, durante o traslado da sede do Gaeco até a PEL 2, ingeriu todos os medicamentos de uma vez. "Quando deu entrada

(na unidade prisional), já passava mal e outros que estavam dentro do veículo contaram o ocorrido", afirma Cartaxo.

Ainda segundo o diretor, Serapião foi levado à enfermaria da penitenciária, onde recebeu os primeiros socorros médicos antes de ser levado para o hospital – que confirmou a internação, mas não deu informações sobre o estado do paciente. Cartaxo também não soube dizer quais medicamentos o auditor preso engoliu.

Cartaxo informou ainda que, como o caso caracteriza tentativa de suicídio, o paciente permanecerá em observação no hospital, sob a guarda do sistema prisional, até que um laudo psiquiátrico indique quais cuidados Serapião enseja.

Segundo consta, essa seria a segunda tentativa de suicídio do acusado. A primeira teria ocorrido logo após vir à tona o conteúdo da delação do também auditor Luiz Antônio de Souza.

1 1 JUN 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## STF legaliza biografias não autorizadas

Agência Brasil

Brasília – A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que é inconstitucional exigir autorização prévia para divulgação de biografias. Até o momento, seis ministros entenderam que a exigência caracteriza censura prévia.

O plenário acompanhou o voto da ministra Cármen Lúcia, relatora da ação direta de inconstitucionalidade apresentada pela Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel) contra liminares dadas nas instâncias inferiores, proibindo o lançamento de biografias não autorizadas.

Seguiram o voto da relatora os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Faltam os votos dos ministros Marco Aurélio, Celso de Mello e do presidente da Corte, Ricardo Lewandowski.

De acordo com a relatora, é inconstitucional o entendimento de que é preciso autorização prévia dos biografados para publicação de obras bibliográficas ou audiovisuais. Segundo a ministra, o entendimento contrário significa censura prévia. Apesar de garantir a liberdade aos biógrafos, Cármen Lúcia garantiu que reparação material poderá ser concedida nos casos de abuso.

11 JUN 2015

# FOLHA DE LONDRINA

WALMOR MACCARINI

## Velhos municiam jovens infratores

São os velhos que fabricam as armas que os menores infratores usam; são os velhos que produzem as drogas que os menores infratores consomem e também comercializam, a mando dos velhos; são os velhos que produzem as bebidas alcoólicas, que entorpecem e geram violência e acidentes, muitas vezes fatais; são as indústrias dos velhos que produzem as armas brancas pontiagudas, que também servem como frequente instrumento para matar semelhantes; são os velhos corrompidos do Congresso Nacional que agora querem rebaixar a idade dos jovens infratores, para assim encarcerá-los.

Sim, a maioria da sociedade já se manifestou favorável a essa redução. Não entro no mérito de condenar ou avalizar essa postura, senão mostrar que por trás de tanta criminalidade praticada por esses jovens estamos todos nós, os velhucos, criando e fornecendo mecanismos favorecedores da delinquência juvenil. Somos todos nós, os velhos com poder de decisão, que negligenciamos ante a dura realidade das misérias sociais, porque só nos inspira a punição, e assim pensamos estar resolvendo o problema.

É o sistema social e governamental (ressalvados os cidadãos conscientes, que também são muitos) que se mantém indiferente ante milhões de famílias miseráveis, possibilitando aos filhos os desvios para o assalto e o roubo, porque também eles apreciam os bens, que devem ser para todos. É natural a idêntica cobiça daqueles que não os alcançam e não veem perspectivas de alcançá-los. Não são esses adolescentes que regem a ordem governamental corrupta, esbanjadora e irresponsável ante os dramas da pobreza, parceira próxima da propensão aos delitos. Sim, os menores infratores são violentos e perigosos, mas nós, os adultos, somos todos santos homens?

Nós, os mais velhos, que nos supomos a parte sã da sociedade, muito provavelmente vamos assistir à redução da maioridade penal, e, diante da realidade, iremos dizer que esta foi a solução, mas isto não nos fará puros e não eliminará nossas culpas por favorecer - pelas razões apontadas - a continuidade da delinquência juvenil.

WALMOR MACCARINI é jornalista  
em Londrina

1 1 JUN 2015

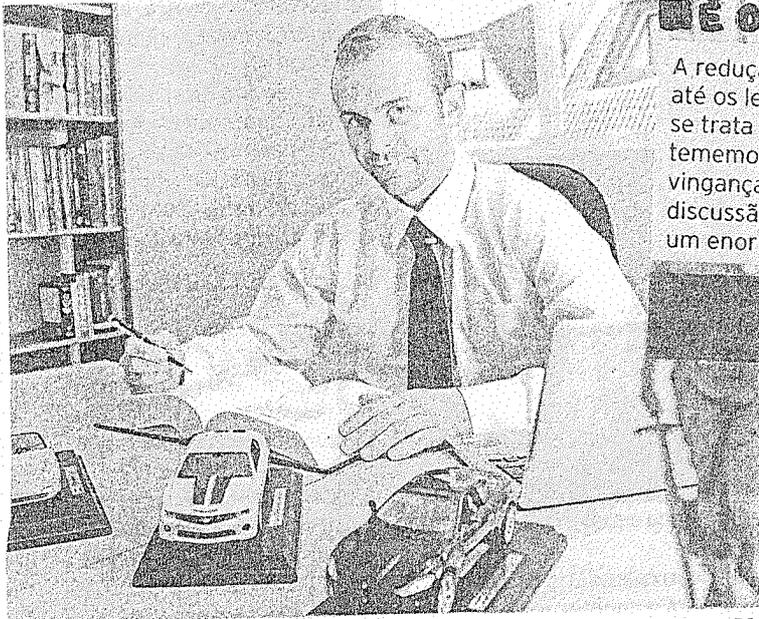
# FOLHA DE LONDRINA

QUEDA DE BRAÇO PARA REDUZIR A MAIORIDADE PENAL



11 JUN 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ É MAIS PERIGO!



## É O SEGUINTE

A redução da maioria é tão complexa que até os legisladores querem fugir dela. Não se trata de ser a favor ou contra, mas todos tememos criar uma nova lei sob o signo da vingança. É este o maior perigo. Além desta discussão, a Tribuna lembra que isso pode criar um enorme problema no trânsito. Veja por quê.

FALE COM A GENTE  
editor@tribunadoparana.com.br  
(41) 9692-9504

Hugo Xavier: lei de trânsito mudaria drasticamente com aprovação da PEC.

## Redução da maioria penal implica mais motoristas "habilitados"

Samuel Bittencourt  
samuelb@tribunadoparana.com.br

Com espaço crescente nos debates públicos, desde as redes sociais até o Congresso Nacional, a redução da maioria penal sempre ganha força a cada crime cometido por adolescentes. O que poucos sabem é que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, que tramita há mais de 20 anos em Brasília e aguarda votação da Comissão Especial da Câmara para seguir para o plenário ~~em~~, conseqüentemente

altera também a idade mínima para o cidadão ter acesso à sua primeira Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

"No Código Brasileiro de Trânsito (CTB) não existe menção à idade para que o cidadão se torne motorista. O artigo 140 apenas cobra que a pessoa saiba ler e escrever possua carteira de identidade e seja penalmente imputável", explica o consultor de trânsito Hugo Gabriel Xavier. Para ele, caso a proposta da redução da maioria passasse a valer, a lei de trânsito mudaria drasticamente.

Só no Paraná, no ano passado, foram 184.930 novos condutores aptos a dirigir. "A cada ano milhares de motoristas passam a integrar o trânsito no Estado. Hoje, temos a expectativa de vida aumentando também. Se consideramos todo país, essa janela de dois

anos traria milhões de novos condutores para um trânsito que já possui problemas", argumenta.

## ESQUECIDO

O reflexo no trânsito porém não vem sendo discutido pelos parlamentares, que concentram os debates em crimes, principalmente os considerados hediondos.

## CONTINUA

11 JUN 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

## Impunidade é mito

Dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) revelam que 70% dos presidiários voltam a cometer crimes. Para os infratores assistidos pelos programas de socioeducação. Para os menores, o índice de reincidência cai para 20%. “Nos atos infracionais mais graves, a internação busca fortalecer os laços familiares assim como ensinar algum ofício através de cursos para tentar tirar o jovem desta trajetória do crime. Em alguns casos, também

temos acompanhamento médico para dependentes, e para quem apresenta quadro de transtorno mental”, explica o coordenador dos Centros de Socioeducação (Cense), Pedro Ribeiro Giamberardino.

Cerca de mil adolescentes cumprem penas socioeducativas no Estado. “Apenas em infrações leves, como pequenos furtos, ele cumpre medidas disciplinares, como serviços comunitários e outras medidas alternativas”, conta. (SB)

## ADIADA

Depois de confusão envolvendo estudantes e a polícia legislativa, a sessão de Comissão Especial para votar a PEC da redução da maioria penal foi retomada em outro plenário, a portas fechadas para os manifestantes. O relatório do deputado Laerte Bessa (PR-DF) foi lido, mas houve um pedido de vista coletivo. A análise do tema será retomada na próxima quarta-feira.

Os parlamentares que falavam a favor da redução da maioria começaram a ser vaiados pelos manifestantes, que chamaram os deputados e os seguranças da Casa de “fascistas”. Houve bate-boca e empurra-empurra e a sessão foi interrompida. Três manifestantes foram detidos. A polícia legislativa chegou a usar spray de pimenta para esvaziar o plenário da comissão. (AE)

### COMPARE

20%

dos infratores menores de idade voltam a cometer crimes

70%

dos presidiários voltam a cometer crimes

1%

dos homicídios é cometido por jovens de 16 e 17 anos

CONDUTORES COM MENOS DE 18 ANOS ENVOLVIDOS EM ACIDENTES COM VÍTIMA NO ESTADO

PARANÁ  
Ano 2014  
1.050

NOVOS CONDUTORES (PERMISSÃO PARA DIRIGIR)

Ano 2014  
184.930

### ACIDENTES COM VÍTIMAS FATAIS (2014) (Dados: Detran)

▶ 0 A 9 ANOS - 86	▶ 18 A 29 ANOS - 793	▶ NÃO INFORMADO - 211
▶ 10 A 12 ANOS - 44	▶ 30 A 59 ANOS - 1.144	TOTAL VÍTIMAS 2.627
▶ 13 A 17 ANOS - 101	▶ 60 ANOS OU MAIS - 250	

▶ Homicídios (2014): 2.515 homicídios no Paraná (Dados ANPr)

11 JUN 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

# TODOS EM CANA

Inspetores da  
Receita no 1.º  
mandado de  
Richa presos.  
Primo também  
tem mandado

Da Redação  
geral@redacao@tribunadeparana.com.br

**T**odos os auditores fiscais que ocuparam o cargo de inspetor geral de fiscalização na Receita Estadual no primeiro mandato do governador Beto Richa (PSDB) foram presos ontem, na segunda fase da Operação Publicano. Conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), a operação investiga suposta organização criminoso formada por auditores fiscais, contadores e empresários pra facilitar a sonegação mediante pagamento de propina. No total, foram expedidos 68 mandados de prisão.

O empresário Luiz Abi Antôun, primo de Beto Richa, também teve a prisão decretada, mas não tinha sido localizado até a noite de ontem. Ele seria o “verdadeiro gestor” da Receita, segundo o auditor Luiz Antônio de Souza, que fez acordo de delação premiada com o Ministério Público. De acordo com as investigações, Abi “exerce inegável influência na administra-

ção pública, a despeito de não ocupar formalmente nenhum cargo público ou político”.

## INSPETORES

Márcio de Albuquerque Lima, preso em Londrina, ocupou o cargo de inspetor geral de fiscalização de julho do ano passado a março deste ano. Ele saiu no dia 2 de março, três dias antes do Gaeco cumprir um mandado de busca e apreensão em seu escritório.

Em Curitiba foram presos Clóvis Rogê, inspetor geral de janeiro de 2011 a junho de 2012; Lídio Franco Samways, que ocupou o cargo de agosto de 2012 a julho de 2013, e José Aparecido Valêncio da Silva, que foi inspetor geral de julho de 2013 a julho de 2014.

Valêncio deixou a função de inspetor geral pra assumir a coordenação geral da Receita, cargo que deixou em maio.

## INTERESSADO

Em entrevista coletiva, o governador Beto Richa disse que o governo é o maior interessado nas investigações. Afirmou ainda que não pode “ser relacionado com maus feitos de quem quer que seja”.

“Eu não passo a mão na cabeça de ninguém. Se houve prejuízo à arrecadação do Paraná, que seja também levantado e, havendo culpados, que sejam punidos”. (Com informações de Fábio Silveira, do *Jornal de Londrina*, e Amanda Audi, da *Gazeta do Povo*)

11 JUN 2015

## JORNAL DO ÔNIBUS

### O problema da impunidade e não da maioridade

A discussão da maioridade penal, no caso a redução de 18 para 16 anos, tomou conta do Congresso Nacional, e pelo tamanho da polêmica não terá uma solução tão cedo. Até porque depois de aprovada ainda será questionada por se tratar de "cláusula pétrea" da Constituição, ou seja, só pode ser mudada com uma nova Assembleia Constituinte. Mas será o Supremo quem vai decidir este ponto.

O problema é que a questão fundamental no país continua ficando de lado. Se os menores de 18 anos têm

a fama de ficar impunes aos crimes, mais grave é a situação dos maiores, que estão igualmente impunes aos crimes que cometem. Hoje, um policial militar deve pensar duas vezes antes de prender um ladrão. O preso geralmente volta para as ruas em poucos dias e com desejo de vingança contra o policial.

Ao mesmo tempo, as cadeias brasileiras estão a cada dia mais lotadas e formando mais marginais – uma vez que não contam com estruturas capazes de pelo menos tentar uma reabilitação do indivíduo preso. ■

## Tumulto interrompe votação que reduz maioridade penal

### Relator foi favorável à redução para 16 anos

 O início da reunião da Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Redução da Maioridade Penal foi marcado por tumulto entre parlamentares, jovens contrários à mudança e a Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados. O tumulto chegou

a um grau de acirramento tal que o presidente da comissão, André Moura (PSC-SE), foi obrigado a requerer a intervenção da segurança da Casa para retirar os manifestantes da sala.

Diante de insultos verbais entre deputados contrários e favoráveis à proposta e da resistência dos jovens em deixar

o plenário da comissão, os policiais legislativos usaram spray de pimenta contra os manifestantes. A ação dos policiais obrigou o presidente da comissão a transferir a reunião para outra sala, onde o relator Laerte Bessa (PR-DF) pôde ler seu voto. Os deputados pediram vista coletiva, e a matéria deve ser votada no dia 17. ●

11 JUN 2015

## JORNAL DO ÔNIBUS

# STF vota a favor de biografias não autorizadas

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que é inconstitucional exigir autorização prévia para divulgação de biografias. Até o momento, seis ministros entenderam que a exigência caracteriza censura prévia.

O plenário seguiu voto da ministra Carmen Lúcia, relatora da ação direta de inconstitucionalidade apresentada pela Associação Nacional dos Editores de Livros contra liminares dadas nas instâncias inferiores, proibindo o lançamento das biografias não autorizadas.



A ministra Carmen Lúcia apresentou voto contra a liminar

Seguiram o voto os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Faltam os votos dos ministros Marco Aurélio, Celso de Mello e do presidente da Corte, Ricardo Lewandowski. ●

## NOTA POLÍTICA

### ADI contra mudanças na previdência

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Melo, será o relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ingressada pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, na última segunda-feira (8), contra as mudanças na ParanaPrevidência, o regime de previdência do funcionalismo estadual.